

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.303 - RS (2019/0320495-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**
ADVOGADO : **LUCIANA INES RAMBO - RS052887**
RECORRIDO : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nesses termos ementado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDISERF/RS. SERVIDORES DA UFRGS. CATEGORIA PROFISSIONAL ESPECÍFICA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 485, VI, DO CPC.

1. Desnecessária a formação de litisconsórcio no polo passivo da ação rescisória entre o Sindicato e servidores, pois os servidores não foram parte no processo originário. Se o Sindicato foi o único autor a figurar na demanda inicial, ainda que por força da legitimação extraordinária, será ele o réu na ação rescisória.
2. Desnecessária a formação de litisconsórcio passivo necessário com os causídicos da ação rescindenda, uma vez que estes também não foram parte naquele feito.
3. Constatada a existência de sindicato específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, a este compete a representação dos interesses da classe respectiva, inviabilizando que outros sindicatos, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa desses mesmos interesses. Os servidores que pertencem à categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos.
4. O Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul - SINDISERF/RS não possui legitimidade para figurar no polo ativo da demanda originária, o que caracteriza a violação ao disposto no artigo 8, II da Constituição Federal, impondo-se a rescisão do acórdão ora impugnado.
5. Em juízo rescisório, impõe-se a extinção do processo originário, sem

Superior Tribunal de Justiça

resolução do mérito.

Sustenta a parte recorrente pela deficiência de fundamentação, pela ausência de litisconsórcio necessário, pela legitimidade do sindicato recorrente para atuar no processo originário e pela exorbitância dos honorários fixados.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inexiste a alegada deficiência de fundamentação do acórdão objeto do recurso especial, senão decisão contrária ao interesse da parte. Sobre a matéria, cf.: AgInt nos EDcl no AREsp 913.257/SP, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/09/2019.

As questões submetidas a esta Corte Superior não são novas. Já foi julgado que (a) "não há falar em litisconsórcio necessário no polo passivo da ação rescisória a ser formado entre o Sindicato e servidores, pois os servidores não foram parte no processo originário. Se o Sindicato foi o único autor a figurar na demanda inicial, ainda que por força da legitimação extraordinária, será ele o réu na ação rescisória" (AgInt no REsp 1657041/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/05/2019); e que (b) "desnecessária a inclusão dos causídicos no polo passivo de demandas rescisórias, quando os próprios honorários de sucumbência não são o objeto do pedido rescindendo, pois os advogados não teriam vínculo jurídico com o objeto litigioso, mas apenas interesse reflexo na manutenção do julgado" (AgInt no REsp 1645421/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2019).

A revisão do decidido quanto à falta de legitimidade do sindicato e quanto aos honorários de advogado é obstado pela Súmula nº 7/STJ. Sobre a matéria, respectivamente, cf.: AgInt no REsp 1603396/RS, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/11/2019; AgInt no AgInt no REsp 1750337/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/11/2019.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator